

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

PROJETO DE LEI Nº 2.991, DE 2004

Dispõe sobre a alíquota da CONFINS não cumulativa estabelecida na lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003

Autor: Deputado Francisco Dornelles
Relator: Deputado Roberto Brant

I – RELATÓRIO

Com a proposição em epígrafe, pretende o ilustre Deputado Francisco Dornelles alterar a alíquota da CONFINS não cumulativa, reduzindo-a dos atuais 7,6% para 6,4%.

Alega o autor que, a exemplo do que ocorreu com a cobrança do PIS/PASEP não cumulativo, cujo aumento de alíquota de 0,65% para 1,65% teria redundado num aumento de arrecadação de aproximadamente 16,5%, é de se esperar que a adoção da mesma sistemática de incidência para a CONFINS redundará em elevação equivalente da carga tributária, dada a similitude das bases de cálculo de ambas as contribuições. Diante disso, a proposta tem o cunho de assegurar a manutenção da receita da CONFINS nos níveis previamente existentes à mudança da legislação.

Encaminhada à apreciação da Comissão de Finanças e Tributação não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.



F23D20C059

II – VOTO DO RELATOR

1) Quanto à adequação financeira e orçamentária

Cabe a esta Comissão, além do exame do mérito, inicialmente, apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que “*estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira*”, aprovada pela CFT em 29 de maio de 1996.

As disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 5 de maio de 2000) impõem a adoção de medidas saneadoras às medidas provisórias e projetos de lei que atribuam benefícios de natureza tributária, dos quais decorra renúncia de receita - assim considerados a anistia, a remissão, o subsídio, o crédito presumido, a concessão de isenção em caráter não geral, a alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Sob esse ponto de vista, a redução da alíquota da CONFINS não cumulativa, por ser uma medida que afeta a todos os contribuintes indistintamente, constituindo-se em regra geral de procedimento para a cobrança da contribuição, não pode ser considerado um incentivo tributário no sentido estrito do termo. Por consequência, não se configura o caráter de excepcionalidade inerente às iniciativas legais que acarretam renúncia de receita, nas condições definidas pelo art. 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Contudo, ainda que proposição não configure a concessão de um incentivo fiscal, é inegável que sua aprovação reduzirá a previsão de receita contida no Orçamento Geral da União e, por via de consequência, a meta de resultado fiscal definido na LDO.



F23D20C059

Estes aspectos assumem especial gravidade num contexto em que o Congresso Nacional aprovou uma lei orçamentária extremamente apertada para o exercício fiscal de 2005, que prevê despesas de investimentos em valores extremamente restritos.

Neste contexto, torna-se inviável, do ponto de vista econômico financeiro, adotar uma medida que promove perda imediata de receita tributária.

A fim de contornar esse problema seria necessário introduzir emenda retificadora, remetendo a vigência dos dispositivos legais para o exercício seguinte ao da vigência da lei orçamentária aprovada no ano da publicação da lei. Dessa forma, o impacto financeiro da medida seria devidamente absorvido tanto pela LDO, quanto pela lei orçamentária em vigor naquela data, permitindo assegurar o cumprimento das metas fiscais e das despesas prioritárias definidas no âmbito do Poder Legislativo. Tal procedimento não se choca com o que dispõe o § 2º, do art. 2º, da Norma Interna desta Comissão, tendo em vista o entendimento, já explicitado acima, de que a proposição em tela não possui natureza de incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira.

Por todo o exposto, **voto pela adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 2.991, de 2004, com a introdução de emenda retificadora estabelecendo sua vigência para o exercício fiscal seguinte ao da vigência da lei orçamentária aprovada no ano da publicação da lei**

2) Quanto ao mérito.

A proposição merece acolhimento quanto ao mérito, pois as previsões de seu autor estão se confirmando na prática. Embora o Governo tenha afirmado, quando da definição da nova alíquota não cumulativa de 7,6%, que essa elevação apenas compensaria o fim da cumulatividade, não produzindo nenhum aumento de carga tributária, deu-se na realidade o mesmo já ocorrido quando da mudança no sistema de cobrança do PIS/PASEP.



Dados da Receita Federal mostram que a arrecadação da CONFINS superou todas as previsões, gerando um grande excesso de arrecadação. Em 2003, sob o antigo regime de cumulatividade a CONFINS proporcionou uma receita total de R\$ 59,5 bilhões. Em 2004, a arrecadação atingiu R\$ 76,6 bilhões, ou seja 28,62% a mais, para uma inflação de cerca de 7% ao ano. No mês de janeiro de 2005 a arrecadação de contribuição chegou a 7,7 bilhões de reais, uma elevação de 32,69% em relação ao mesmo mês de 2004. Está mais do que claro que a nova alíquota foi propositadamente sobrestimada para assegurar por via oblíqua, um forte aumento de arrecadação, o que é extremamente nocivo à economia do país.

Nesses termos, meu voto é, quanto ao mérito, pela aprovação.

Sala da Comissão, de 2005.

Deputado Roberto Brant
Relator

Emenda Retificadora

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 2.991, de 2004, a seguinte redação:

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro do exercício fiscal subsequente ao da vigência da lei orçamentária aprovada no ano de sua publicação.

Sala da Comissão, de de 2005

Deputado Roberto Brant
Relator

